

PARECER Nº	/2019
------------	-------

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PLO) n.º 151/2018, que: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEIA-ENTRADA A RADIALISTA, JORNALISTA E PUBLICITÁRIO EM ESTABELECIMENTOS E EVENTOS CULTURAIS, ESPORTIVOS, DE LAZER E ENTRETENIMENTO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE."; pela REJEIÇÃO.

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei (PLO) nº 151/2018, de autoria da vereadora Aline Mariano, nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife. O vereador Aerto Luna foi designado como relator.

O projeto de lei dispõe sobre a concessão de meia-entrada a radialista, jornalista e publicitário em estabelecimentos e eventos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento, no âmbito do município do recife.

Em 01/08/2018, o projeto de lei foi apresentado em reunião plenária, em regime **ORDINÁRIO** de tramitação (*art. 31, §2º da LOMR* e *art. 284, II do RICMR*) e, encaminhado às Comissões Legislativas. O prazo regimental de emendas encerrou em 15/08/2018 (*art. 288, "caput" do RICMR*). A proposição não recebeu emenda.



Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (*art. 287, I, "a" do RICMR*). É o que importa relatar.



ANÁLISE

O PLO em análise institui a meia-entrada para radialista, jornalista e publicitário em estabelecimentos e eventos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento, no âmbito do município do Recife.

Entretanto, a despeito da elogiável iniciativa da nobre vereadora, o projeto de lei contraria o **princípio federativo** ao **usurpar a competência concorrente da União e dos Estados para legislar sobre consumo, cultura e desporto** (art. 24, V e IX, da CF/88).

Nada obstante, a competência para legislar sobre a **intervenção no domínio econômico** e sobre o **Direito Civil** e **Comercial- é privativa da União**, à luz do disposto, nos arts. 22, I, e 170, ambos da Constituição Federal.

Por fim, entende-se que a proposição **viola os princípios constitucionais da liberdade de iniciativa** e **da livre concorrência**, por representar significativa limitação da atividade econômica.

Pelo exposto, opino pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei (PLO) nº 151/2018, de autoria da vereadora Aline Mariano, por vício formal de iniciativa.

É o parecer.

DO VOTO

Conforme o exposto, voto pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei (PLO) nº 151/2018, de autoria da vereadora Aline Mariano, por vício formal de iniciativa.

Recife, 03 de dezembro de 2019.



AERTO LUNA Relator



RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PARECER

Do exposto, observadas as exigências legais e superados os trâmites regimentais, a Comissão de Legislação e Justiça opinou pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei (PLO) nº 151/2018, de autoria da vereadora Aline Mariano, por vício formal de iniciativa.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 03 de dezembro de 2019.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

AERTO LUNA Presidente / Relator

ERIBERTO RAFAEL ALMIR FERNANDO Vice-Presidente Membro Efetivo

RENATO ANTUNES SAMUEL SALAZAR Membro Efetivo Membro Efetivo

AMARO CIPRIANO MAGUARI EDUARDO CHERA Membro Suplente Membro Suplente

> MARCOS DI BRIA Membro Suplente

